

A SERRA DOS TAPES NO SISTEMA-MUNDO: Impactos do Desenvolvimento Capitalista em um Território do Rio Grande do Sul/Brasil

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.16010>

Submetido em: 22/6/2024

Aceito em: 3/10/2024

Publicado em: 2/1/2025

Josué Kuhn Völz¹; Alice Munz Fernandes²;
Daniela Garcez Wives³; Leonardo Bohn⁴

RESUMO

As dinâmicas capitalistas que caracterizam a sociedade contemporânea acarretaram uma miríade de mudanças na escala local. Nesse sentido, a pesquisa realizada teve como objetivo analisar a relação entre a sucessão dos sistemas agrários da Serra dos Tapes, situada no sudeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e as transformações socioeconômicas do sistema-mundo. Para tanto, empregou-se uma análise sistêmica e integrativa dos marcos de desenvolvimento do referido território, evidenciando os desdobramentos produtivos agrícolas da região em relação à sua participação no capitalismo. São realçados os aspectos decorrentes de sua integração, culminando na premissa de que a posição periférica dos seus agentes nas cadeias produtivas agroalimentares mundiais correspondeu a um fator decisivo para o desenvolvimento da atual organização socioprodutiva local. Os achados apontaram que a configuração capital-terra-trabalho vigente figura como resultado da sobreposição histórica de cinco modos produtivos distintos, quais sejam: sistema agrário guarani, sistema agrário das sesmarias, sistema agrário quilombola, sistema agrário colonial e sistema agrário contemporâneo. Ademais, pondera-se que suas transformações derivam dos rearranjos sistêmicos internos a partir de impactos extrínsecos. Os achados, portanto, proporcionam *insights* acerca dos processos estruturais predominantes que irradiaram do centro da economia-mundo e se consolidaram no território em questão.

Palavras-chave: abordagem sistêmica; desenvolvimento regional; território agrário.

THE SERRA DOS TAPES IN THE WORLD-SYSTEM: IMPACTS OF CAPITALIST DEVELOPMENT IN A TERRITORY OF RIO GRANDE DO SUL/BRAZIL

ABSTRACT

The capitalist dynamics that characterize contemporary society have led to a myriad of changes on a local scale. In this sense, the research carried out aimed to analyze the relationship between the succession of agrarian systems in Serra dos Tapes, located in the southeast of the State of Rio Grande do Sul, Brazil, and the socioeconomic transformations of the world-system. To this end, a systemic and integrative analysis of the development milestones of the region was employed, highlighting the agricultural productive developments in relation to its participation in capitalism. The aspects resulting from its integration are emphasized, leading to the premise that the peripheral position of its agents in the global agri-food production chains was a decisive factor in the development of the current local socio-productive organization. The findings indicated that the prevailing capital-land-labor configuration is the result of the historical overlay of five distinct productive modes, namely: the Guarani agrarian system, the sesmaria agrarian system, the quilombola agrarian system, the colonial agrarian system, and the contemporary agrarian system. Furthermore, it is considered that these transformations stem from systemic internal rearrangements due to extrinsic impacts. Therefore, the findings provide insights into the predominant structural processes that radiated from the center of the world economy and were consolidated in the mentioned territory.

Keywords: systemic approach; regional development; agrarian territory.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0002-2887-4423>

² Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Bagé/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3023-605X>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9372-2747>

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6261-2323>

INTRODUÇÃO

Ao observar a sociedade contemporânea, um sujeito preocupado com suas problemáticas latentes se depara com um quadro intrincado. Nota-se o acréscimo de incertezas que transpassam múltiplos campos, enquanto que a concepção consolidada de conhecimento – e, portanto, de realidade – não aparenta ser suficiente para compreender as crises vivenciadas. Esse fenômeno deriva da ausência de um método capaz de apreender a extrema complexidade inerente da atuação humana e de suas relações para com o meio em que se insere (Morin, 2015).

Em diálogo, Capra e Luisi (2014) indicam que as principais inquietações atuais – desde as inseguranças alimentares e financeiras até as problemáticas energéticas e de mudanças climáticas – estão imbricadas entre si. Ou seja, trata-se de questões sistêmicas, interconectadas e interdependentes, ao passo que o conhecimento científico hegemônico concentra-se no esforço de dissipar tal complexidade, no intuito de revelar uma suposta ordem a qual os fenômenos obedeceriam (Morin, 2015).

Aplicada na produção agrícola, a abordagem analítica possibilitou ampliar o período e a área cultivada de determinados gêneros alimentícios, enquanto a gestão de extensas cadeias comerciais possibilitou o alcance global de padrões nutricionais anteriormente restritos a locais específicos (Petrini, 2009). O desenho de sistemas agrícolas simplificados, contudo, acarreta a perda de biodiversidade e mostra-se insustentável no longo prazo (Dal Soglio; Kubo, 2016). Além disso, engendra-se um sistema agroalimentar extremamente dependente de recursos não renováveis e que estimula a monopolização de mercados e propriedades (Dal Soglio; Kubo, 2016; Paula, 2017). Como resultado, tem-se a intensificação das lacunas sociais, cristalizadas no agravamento da insegurança alimentar e nutricional e no distanciamento competitivo entre as economias de diferentes países (Paula, 2017).

Em consonância, reverberam-se novos hábitos de consumo entre a população, que de maneira crescente demanda alimentos como meros produtos industriais de forma distante e alienada à identidade rural (Paula, 2017). Nesse sentido, diminutos grupos buscam alinhar a sociedade à reprodução do capital, bem como a organização espacial é reestruturada a fim de assegurar a inserção de determinado território no ordenamento mundial (Camargo, 2009).

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a sucessão dos sistemas agrários da Serra dos Tapes e as transformações socioeconômicas do sistema-mundo. Para tal, visou-se articular a esfera estrutural do capitalismo histórico e as dinâmicas materiais dos processos vivenciados regionalmente pelos grupos sociais. Ao longo da pesquisa executou-se um movimento de dupla checagem, em que a identificação de transformações locais rastreava influências de ordem externa, enquanto a reconstituição socioeconômica mundial teve como enfoque virtuais repercussões para a região em questão. Assim, o próximo momento textual busca situar tais discussões teóricas, na medida em que a abordagem sistêmica do conhecimento assenta bases para o diálogo entre as distintas vertentes disciplinares. O esforço reside, então, em articular diferentes escalas em relação ao desenvolvimento do território, objeto da pesquisa.

No terceiro trecho são descritas as informações edafoclimáticas da Serra dos Tapes, em vias de realçar sua especificidade e vislumbrar o relacionamento entre as populações ali estabelecidas com seu meio. E na apresentação dos resultados, associa-se a teoria dos sistemas-mundo com a análise de sistemas agrários, visando a mensurar influências interescares.

Aqui são apresentadas as fases sucessivas identificadas no sistema agrário da Serra dos Tapes: Guarani, Sesmeiro, Quilombola, Colonial e Contemporâneo, exercício que é feito em paralelo à abordagem dos ciclos de hegemonia capitalista em escada mundial, visando a realçar o impacto de suas movimentações para o desenvolvimento da exploração agrária do território em questão. Por fim, são elencados os resultados que realçam a capacidade de diálogo entre as vertentes teóricas apresentadas. Também faz-se um balanço geral, apresentando a potencialidade da discussão e delineando limitações no estudo realizado.

Em termos metodológicos, a construção do campo conceitual dos sistemas-mundo buscou literatura consolidada, retomando autores referenciais para a área. Por outro lado, na seção de desenvolvimento do texto são utilizadas produções científicas que expressam o estado da arte, visando a fomentar o debate a partir de contribuições disponíveis nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*. Já para o estudo dos sistemas agrários presentes na Serra dos Tapes, após uma sucinta explanação teórica sobre o conceito, é arregimentada uma série de estudos acadêmicos que tratam da sucessão de sistemas agrários da região e/ou municípios que a compõem. Para tal, foram centrais as dissertações disponíveis no repositório digital Lume, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É necessário destacar que a análise das mudanças quantitativas nos sistemas agrários da Serra dos Tapes fundamentou-se em dados secundários, partindo do estado da arte vigente. Para o período contemporâneo foi possível utilizar o banco de dados disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que compreende o período 1975-2022. Nesse sentido, serviu de base a Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022) dos seis municípios presentes na Serra dos Tapes, que fora somada e perscrutada no âmago das reflexões ensejadas ao longo da investigação. Para tanto, ponderou-se sobre os distintos momentos que se conformaram no referido território, seu processo de paulatina periferização, cujos atores são alocados em cadeias produtivas agroindustriais de baixa acumulação de capital.

Por conseguinte, a justificativa e a importância da investigação realizada respaldam-se nas influências da concepção deste território no desenvolvimento socioeconômico da região. Argumenta-se que tal processo não ocorreu unilateralmente, mas friccionou com aspectos internos (questões edafoclimáticas, produtivas, políticas, etc.) e sofreu influência dos objetivos de seus próprios componentes (instituições, empresas, famílias, unidades de produção agrícola, etc.) por um posicionamento eficaz durante as relações estabelecidas com outros sistemas.

A relevância da referida circunscrição geográfica também se justifica pelos esqualidos dados acerca dos aspectos socioculturais da região, desconsiderando as particularidades locais de seus sistemas agrários. Thum (2009) nota a tendência de que esta seja inserida na perspectiva hegemônica de desenvolvimento agrícola em decorrência da colonização europeia da região central do Estado gaúcho.

OS SISTEMAS AGRÁRIOS EM RELAÇÃO AO SISTEMA-MUNDO

Advinda de contribuições de múltiplas áreas do conhecimento, a abordagem sistêmica objetiva compor uma linguagem unitária, que articule diferentes modelos teóricos (Miguel *et al.*, 2018). Nesse sentido, reverbera-se a contribuição de Bertalanffy (1951) ao apontar que o exame de problemas essenciais deve contabilizar a interação dinâmica entre as partes que compõem o objeto de estudo.

O sistema é mais do que a soma das partes, porque sua organização faz surgir qualidades que não existiriam fora dela: emergências constatáveis empiricamente, mas não dedutíveis logicamente. E, por outro lado, também o sistema é menos do que a soma de suas partes, porque a organização implica constrições que inibem a manifestação de qualidades próprias às partes (Vasconcellos, 2006, p. 155-116).

A potencialidade do abstrato conceito de sistema deriva de sua aplicação em diferentes escopos e níveis. Ou seja, uma célula pode ser vista como um sistema, assim como o animal que a abriga e a unidade rural que a comporta, bem como a sociedade humana que contém essa propriedade. Nesse sentido, “um conjunto de elementos inter-relacionados que atua dentro de uma estrutura definida caracteriza um sistema de forma geral” (Miguel *et al.*, 2018, p. 16). No que trespassa tais noções, pode-se identificar a construção argumentativa do que é um sistema: um conjunto complexo e globalmente estruturado, constituído por diferentes elementos que imprimem interações mútuas e dinâmicas entre si. Assim, a sinergia das partes gera uma dinâmica de interdependência, cujo resultado é não linear e exponencial – diferente do que ocorreria caso estivessem isoladas.

Destarte, emerge a seguinte diferenciação: enquanto um sistema fechado está isolado e tende a se deteriorar devido à entropia, sistemas abertos se mantêm organizados e operantes por meio de *inputs* de energia e informação (Morin, 2015) e de *outputs* de dejetos (Casanova, 2006), em um estado de equilíbrio dinâmico que impede seu definhamento (Capra; Luisi, 2014), mas sua própria delimitação evita a desintegração perante o mundo externo (Morin, 2015).

Não obstante, um sistema é dotado de complexidade, pois abarca uma realidade composta por uma miríade de unidades e interações que se tornam praticamente incalculáveis, haja vista a incerteza emergente de sistemas semialeatórios que ultrapassa as fronteiras do conhecimento humano disponível. Na análise sistêmica, ainda que não se negue a clareza, a ordem e o determinismo, o acaso também é reconhecido. Assim sendo, a ciência percebe a complexidade como princípio regulador do tecido fenomênico (Morin, 2015).

Nas ciências agrárias, em específico, essa abordagem diferenciada começa a delinear uma série de novos entendimentos. A própria agricultura passa a ser interpretada como resultado de múltiplos componentes em interação, organizados sistematicamente no intuito de alcançar objetivos previamente definidos. Sob essa perspectiva, Mazoyer (1985) define sistema agrário como a maneira que determinada força de produção se adapta às condições edafoclimáticas condizentemente às suas necessidades.

Nesse sentido, o meio é artificializado conforme os instrumentos de produção vigentes, ao passo que o produto é repartido de acordo com as relações de força e propriedade da sociedade na qual se insere. A teoria dos sistemas agrários, portanto, debruça-se sobre a exploração da fertilidade de determinado ecossistema e do seu contingente sistema social produtivo, advindo da interação entre aspectos geográficos e históricos do território (Miguel *et al.*, 2018).

Sob esse panorama, tem-se também a Serra dos Tapes como um sistema aberto e complexo – que se reorganiza diligentemente por dinâmicas internas, mas também diante de impactos externos. Nesse sentido, os arranjos e fluxos empreendidos localmente estão sob influência do sistema econômico capitalista. Especificamente, utilizar-se-á o conceito de ‘economia-mundo’, uma fatia da economia mundial aut centrada em seu funcionamento particular (Braudel, 1988). A partir dessa matriz, Ribeiro e Diniz (2017, p. 356) apontam três aspectos básicos sobre as economias-mundo:

(i) ocupam um espaço geográfico determinado, ainda que potencialmente suscetível a rupturas; (ii) organizam-se em torno de um centro ou núcleo, um polo representado por uma cidade dominante; e (iii) dividem-se em zonas sucessivas: o centro, as zonas intermediárias e as margens. Considerada a organização hierárquica da sociedade mundial, essas zonas concêntricas são progressivamente desfavorecidas à medida que se distanciam do núcleo – *locus* dos preços e salários altos, das indústrias lucrativas, do desenvolvimento técnico-científico e do fluxo de metais preciosos, de moedas e de títulos de crédito.

Em concordância, Wallerstein (2012) buscou incorporar contribuições de outros enfoques temáticos. Compõe, então, a noção de sistema-mundo:

Um sistema social com limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. Seu funcionamento caracteriza-se pela presença de forças em conflito constante, cuja tensão o mantém unido, ao mesmo tempo em que o dilacera na medida em que cada grupo busca remodelá-lo em seu próprio proveito. Um sistema-mundo assume também características dum organismo, com uma vida limitada ao longo da qual mudam certos aspectos enquanto outros permanecem estáveis (Wallerstein, 1990, p. 337).

O que não corresponde ao globo propriamente dito (Wallerstein, 1990), mas trata-se da fatia capitalista, com tendências excêntricas de auge e declínio (Previdelli; Souza, 2012). Seu movimento cíclico assiste à ascensão de determinada hegemonia engendrada por um Estado líder do sistema interestatal em conluio com o grupo capitalista que monopoliza as principais cadeias mercantis. Posteriormente ocorre a queda desse grupo e uma transição (geralmente violenta) para outro momento. O fator militar, todavia, não basta para garantir o sucesso das novas potências, sendo essencial a capacidade de acumular capital por meio de seus agentes em setores-chave, quais sejam: produtivo, agroindustrial, comercial e financeiro (Arrighi, 1996).

Esse curso tende a se manter estável por cerca de cem anos, mas depois disso o trabalho é reorganizado em âmbito mundial, oportunizando o surgimento de um outro centro hegemônico composto por novos agentes interessados em atividades diferentes (Arienti; Filomeno, 2004). Esse ritmo deriva das contradições inerentes à própria estrutura de longa duração do sistema-mundo, pois o sistema capitalista contemporâneo consolidou-se em um esquema centro-periferia com lacunas ascendentes, que tendem a gerar desequilíbrios e, conseqüentemente, crises estruturais. Esse padrão é identificado nos quatro longos ciclos de acumulação de capital desde o século 15, quais sejam: ciclo genovês, ciclo holandês, ciclo britânico e ciclo estadunidense, atualmente em curso (Arrighi, 1996).

Ressalta-se que tais sistemas são definidos e governados por um conjunto de regras que se alteram ao longo do tempo. Isto é, o ambiente institucional do sistema é situado historicamente (Wallerstein, 2012). Mesmo, contudo, que o ordenamento mundial atual ocorra por meio da normatização supranacional, não significa que há um centro de poder manipulador, uma vez que a própria ordem é responsável por sua reprodução (Camargo, 2009). Ou seja, o poder constituinte se dá mediante uma miríade de forças que atuam jurídica e organizacionalmente na ordenação do território (Negri, 2002).

Em contraponto, Santos (2003) reverbera que o embasamento ideológico da estruturação do sistema-mundo figura como um ordenamento planejado de caráter burguês. Essa situação reflete o fato de que tal arranjo se tornou a epítome do progresso, naturalizado como única e inquestionável alternativa para todas as sociedades contemporâneas (Löwi, 2002). Na prática, por meio do planejamento e da gestão instrumentaliza-se o espaço geográfico em via de extrair

sua mais-valia. Assim, integram-se os territórios às atividades de organizações transnacionais (Camargo, 2009)

Importante destacar que esta dinâmica somente passou a ter impacto na Serra dos Tapes quando a região começou a ser incorporada à economia-mundo em razão da colonização de seu território. Ante esse cenário, argumenta-se que as transformações nos sistemas agrários da região tendem a estar associadas, de maneira substancial, aos fluxos da economia-mundo e às disputas pela sua hegemonia. Essa conexão está assentada na interpretação de que os atores locais ocuparam posições periféricas nas cadeias produtivas de *commodities*.

ASPECTOS EDAFOCLIMÁTICOS DA SERRA DOS TAPES

A Serra dos Tapes localiza-se ao sudeste do Rio Grande do Sul, Brasil, e corresponde à porção sul da formação de relevo denominada Serra do Sudeste. Para a pesquisa realizada admitiu-se a porção de território pertencente aos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu devido à importância dos aspectos edafoclimáticos na conformação dos sistemas agrários especificados (Salamoni *et al.*, 2021).

A partir de Laux *et al.* (2018) pontua-se que a região serrana está situada sobre o Escudo Sul-Rio-Grandense de formação geológica decorrente da amalgamação dos crátons do Rio de La Plata, Congo e Kalahari. Superficialmente, a área abrange a encosta que vai do relevo acidentado no planalto uruguaio sul-rio-grandense em direção às planícies ou terras baixas costeiras (Suertegaray; Guasselli, 2004; Salamoni; Waskiewicz, 2013). Assim, possui um relevo que varia entre 200 e 400 metros de altitude, composto por colinas onduladas e vales com matas de galeria (Rambo, 1954), além de áreas rebaixadas e planas nos locais de deposição (Suertegaray; Guasselli, 2004). Em seus afloramentos predominam as rochas graníticas e migmatíticas (Rosa, 1985).

Nesse sentido, há variação geomorfológica dotada de litossolos com afloramentos rochosos pouco favoráveis à agricultura, sobretudo nas encostas mais elevadas. Em adição, a precipitação pluviométrica cria um terreno propício à erosão, o que é testemunhado pela incidência de aluviões. Estes são intercalados por áreas de relevo suave e solos profundos, caracterizados por melhor drenagem e fertilidade (Salamoni *et al.*, 2021). Por situar-se ao sul da mata atlântica, configura encontro com a vegetação campestre, sendo naturalmente ocupada por uma floresta estacional semidecidual de submontanha (Gomes *et al.*, 2013), cujos remanescentes concentram-se às margens de cursos d'água e em terrenos mais íngremes (Salamoni *et al.*, 2021).

A MULTIESCALARIDADE DO TERRITÓRIO DA SERRA DOS TAPES

A perspectiva multiescalar de Saquet (2015) incorpora fatores naturais, econômicos, políticos e culturais à noção de território. Ou seja, o ecossistema regional é resultado da interação de fatores geomorfológicos, bióticos e climáticos, mas as populações que ali se estabeleceram passaram a imprimir múltiplas formas de inter-relação com o meio e estabelecer novas dinâmicas – o que Saquet (2015, p. 164) denomina de “movimento de apropriação e reprodução de relações sociais” no processo de territorialização e pode ser visualizado pela diversidade dos grupos étnicos encontrados na Serra dos Tapes (Cerqueira, 2010).

Não obstante, a complexidade da Serra dos Tapes também é reverberada por Neves (2014) e Góis (2018) na identificação de seus sistemas agrários. Desse modo, tem-se a pertinência de um enfoque sob múltiplas formas de apropriação da dinâmica territorial que estão relacionadas à reprodução ampliada do capital, culminando no processo de globalização da economia (Saquet, 2015) – entre as quais a Serra dos Tapes está inserida.

ESTABELECIMENTO DO SISTEMA AGRÁRIO GUARANI E QUEDA PERANTE O ESPRAIAMENTO DO SISTEMA-MUNDO

Apesar de vestígios da presença de outros povos tradicionais (Kern, 1991), o sistema agrário Guarani é o primeiro a se estabelecer na região da Serra dos Tapes. Segundo Rogge (2004), tal população se deslocara da Amazônia há cerca de 3 mil anos, superando a margem esquerda do Rio Jacuí e adentrado a Serra do Sudeste entre os séculos 9 e 13. No local se estabeleceram com facilidade, devido à semelhança das florestas tropicais com as estacionais decíduais e semidecíduais. O próprio batismo da região advém do Guarani *tapê*, que significa caminho ou passagem – visto que a circulação entre o sul e o norte da região era realizada pela serra, a fim de evitar as áreas alagadas próximas às lagoas (Neves, 2014).

Sua sociedade era ordenada espacialmente em *tekohás*, a partir de laços de parentesco, formados por até seis núcleos (*te'yí*). Além disso, mantinham relações amistosas com outros aglomerados, conformando juntos a nação Guarani (*guará*). Executavam trocas entre si (Gois, 2018), em uma reciprocidade de doações descrita como economia da dádiva (Della Mea; Freitas; Camargo, 2014). A força de trabalho indígena era livre e coletiva (Cotrim, 2003) e a captação de recursos ocorria nas áreas circundantes por meio da coleta, caça e pesca (Milheira, 2008; Neves, 2014), bem como mediante técnicas de agroflorestamento e coivara, no cultivo de cerca de 180 espécies (Della Mea; Freitas; Camargo, 2014).

Após cerca de sete séculos de continuidade, tem-se transformações no sistema agrário regional por duas vias: a primeira advém da bacia do Rio da Prata, com o estabelecimento de reduções jesuíticas que arregimentavam indígenas na região atualmente entendida como Paraguai e que se estendeu ao interior gaúcho em 1626 – tal processo impactou significativamente a economia local, visto que foram introduzidas técnicas e espécies europeias de cultivo, além de o gado adquirir papel central na dieta alimentar (Kern, 2011). De maneira específica, na Serra dos Tapes os indígenas criaram uma guarda avançada, em um local chamado de *Caa-guaçu* (mato alto) – atual sede do município de Canguçu – de onde buscavam impedir o avanço português em direção às missões jesuíticas (Cotrim, 2003). Em 1633, porém, o litoral do Rio Grande do Sul foi invadido pelo bandeirante Raposo Tavares, que cinco anos depois destruiu e anexou parte das missões ao território português (Serra, 2008).

Dessa forma, o cone sul americano encontrava-se envolto pelas querelas fronteiriças dos Impérios Espanhol e Português. Isso porque conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), a corrente unidade federativa Rio Grande do Sul estaria na área castelhana, contudo as incursões portuguesas em busca de recursos e indígenas para escravizar já se expandiam ao Rio da Prata. Após avanços e retrocessos, as atuais fronteiras do Estado foram estabelecidas em 1777 por meio do Tratado de Santo Ildefonso. No mesmo ano ocorreu a distribuição de novas sesmarias, e o primeiro dos charqueadores, José Pinto Martins, chegou à Capitania de Rio Grande de São Pedro – atual Estado do Rio Grande do Sul (Conceição *et al.*, 2009).

Não obstante, para compreender as origens europeias do advento colonial, salienta-se que por volta do século 15 a cidade-estado de Gênova e os Estados ibéricos constituíram o capitalismo histórico ao expandir mundialmente suas rotas mercantis (Aramor, 2018). De forma que os genoveses eram encarregados da gestão comercial e financeira enquanto Portugal e Espanha garantiam a manutenção ultramarina dos negócios (Vieira, 2012). Assim sendo, a formação de entrepostos avançados possibilitou o trânsito através do Oceano Atlântico, fenômeno que marcou a presença portuguesa na África Tropical a partir de 1485 e, mormente, a inserção periférica das Américas no sistema internacional (Visentine, 2014).

Isso posto, a colonização lusitana no território de estudo ocorreu a partir da povoação do Rio Grande de São Pedro (Conceição *et al.*, 2009). A fundação da cidade de Rio Grande em 1737, a construção do Forte São Gonçalo em 1755 e a doação de sesmarias a militares marcaram o início da ocupação dos campos e das incursões portuguesas na Serra (Della Mea; Freitas; Camargo, 2014). Nesse sentido, a região passou a fornecer novos recursos humanos e materiais que seriam incorporados ao mercado europeu (Amadeo; Rojas, 2011).

Nas sociedades Guaranis, entretanto, não havia produção de excedente para comercialização, nem mesmo ímpeto de acumulação de bens, visto que a sua economia era baseada na reciprocidade (Comandulli, 2020). Assim, devido ao limitado interesse financeiro para que colonizadores portugueses mantivessem relações amistosas com tais grupos, foram criadas outras estruturas sociais de classes dominantes intimamente conectadas aos interesses da metrópole. Desse modo, não só os novos fatores de produção impostos às regiões colonizadas (terra, capital, trabalho) limitavam a reprodução do modo de vida nativo, mas também a incidência de conflitos violentos e de patologias infecciosas foram largamente instrumentalizados no intuito de dominar a região. Como consequência, o modo de ser Guarani (*nãnde reko*) fora desligado da Serra dos Tapes na medida em que seu sistema agrário era extinto e seu território articulado à economia-mundo moderna (Milheira, 2008).

A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS SESMEIRO E QUILOMBOLA NA ESTEIRA DA ESCRAVIDÃO

A partir do século 18 a região litorânea próxima à Serra do Sudeste começou a ser ocupada por militares luso-açorianos. Estes recebiam latifúndios da Coroa Portuguesa e se dedicaram à criação de gado (*vacuum* ou *muare*), a ser transportado pelos tropeiros ou utilizada no charque – carne salgada e seca ao sol (Gutierrez, 2001). Desse modo, foram sendo priorizadas as áreas planas entre a Serra e a Planície Costeira em razão da sua topografia, pastagem e abundância de água, dando início ao sistema agrário das sesmarias (Lima, 2006). Essas estâncias eram compostas pela família do proprietário, pelo capataz e por seus subordinados – que geralmente eram gaúchos (mestiços) assalariados, ou indígenas e africanos escravizados (Luccas, 1997). Para a subsistência da propriedade cultivavam-se, sobretudo, mandioca e trigo. Além disso, de maneira específica, na Serra dos Tapes se extraía madeira e se praticava olaria (Gutierrez, 2001).

Em consonância, estabeleceu-se ali um polo charqueador baseado na força de trabalho escravizada (Salamoni; Waskiewicz, 2013), num período em que a carne-seca nordestina encontrava-se em crise e a demanda alimentar crescia. Devido à abundância de gado e a proximidade com o porto de Rio Grande, Pelotas tornou-se o principal polo charqueador do Império, cuja capitania era composta por 43 estabelecimentos ao longo do século 19 – ocasião

em que exportava anualmente cerca de 820 mil arrobas (Vargas, 2014). Desse total, mais da metade escoava para os portos do nordeste, de onde retornavam navios carregados de sal, escravos, aguardente, fumo e açúcar (Osório, 2007).

Ainda, tal estrutura social estava subordinada ao comércio transoceânico. A dizer, havia um tráfico triangular do Atlântico que obedecia ao seguinte fluxo: (i) as mercadorias europeias de baixo valor eram negociadas por escravos na África; (ii) os africanos escravizados eram comercializados em troca de minérios e produtos de *plantation* na América e (iii) o ciclo se fechava com tais insumos adentrando o mercado europeu (Aramor, 2018). Nesse ínterim, o charque compunha uma tripla relação com a escravidão. Isso porque era produzido por meio do trabalho de pessoas escravizadas, figurava como suprimento dos cativos na travessia do Atlântico e correspondia à base alimentar diária dos escravos nas Américas e no Caribe (Florentino, 1997). Destaca-se ainda que o tráfico escravagista figurou como o circuito comercial mais lucrativo até o século 20, quando foi abolido (Aramor, 2018).

A prática racionalizada do mercado e de seus mecanismos econômicos fez da manutenção do monopólio do tráfico de escravos africanos, transformados em mercadoria, excedentes extraordinários pelas trocas desiguais no circuito comercial do Atlântico (Aramor, 2018. p. 18).

Sob esse enfoque, tem-se que o comércio de escravos desempenhou um papel basilar nas disputas pela liderança dos ciclos de acumulação sistêmica de capital na Europa. Tanto que os Países Baixos do Norte assumiram central importância ao tomar as principais feitorias lusitanas e consolidar a vitória sobre o Império Espanhol por meio da Paz de Westfália (Visentine, 2014). Desse modo, garantiu-se às companhias holandesas o monopólio do comércio de escravos nos séculos 17 e 18 (Aramor, 2018), o que consolidou o capitalismo como a forma de organização econômica oficial do sistema interestatal (Vieira, 2012).

Posteriormente, o Império Britânico subjugou a Holanda belicamente, impôs as Leis de Navegação da Inglaterra e arrebatou o tráfico negreiro. Esse conjunto de ações, de acordo com Arrighi (1996), figurou como uma das bases para a Revolução Industrial. Em paralelo, buscando apoio contra Holanda e Espanha, Portugal tornou-se mero protetorado inglês (Aramor, 2018), consolidando-se na “condição de periferia da economia-mundo” (Vieira, 2012, p. 212).

Por outro lado, a acumulação de capital no centro europeu impactava adversamente o continente africano. Calculam-se 12 milhões de sujeitos – sobreviventes – postos forçosamente em diáspora, tratados como meros produtos da economia-mundo capitalista. Assim, marca-se o esfacelamento e o subdesenvolvimento das sociedades africanas em virtude do seu despovoamento (Nunn, 2008). Um fluxo que encontrava demanda nas charqueadas, de modo que o censo de 1833 postulava que 51% da população pelotense era composta por escravos, dos quais dois terços eram representados por pessoas negras (Vargas, 2014).

Em resposta, “fugir foi o principal mecanismo de protesto” (Pinto; Moreira; Al-Alam, 2020, p. 38) adotado pelos escravizados. Assim, nas áreas afastadas, que serviam apenas como fonte secundária de receita para as sesmarias, desenvolveram-se formas de reprodução social que buscavam resistir ao sistema escravista vigente no Rio Grande do Sul (Neves, 2014). Graças às condições naturais da Serra dos Tapes – difícil acesso e abundância de recursos – o local foi abrigo de indígenas, posseiros, agregados e lavradores nacionais (Pinheiro, 2014).

Os *quilombos*, onde habitavam as famílias negras, eram formados por ranchos de *giribá*. Praticava-se caça, pesca e coleta de frutos e raízes, além da agricultura de queimada, em que

eram cultivados mandioca, milho e feijão (Ávila; Ribeiro, 2013). Também havia a aquisição clandestina de insumos em bodegas da região e a razia de propriedades escravistas na busca de mantimentos e novos integrantes para o quilombo (Pinto; Moreira; Al-Alam, 2020).

Essa situação, contudo, sofreria com a confluência dos seguintes fatores: (i) o incentivo à imigração europeia não ibérica para a região conforme a Serra dos Tapes era loteada, cedida ou comercializada (Lima, 2006); (ii) a promulgação da Lei de Terras (1850), que restringia a posse de propriedades à aquisição por meio da compra – o que dificultava a apropriação legal de terras por grupos marginalizados, notoriamente pessoas negras, e (iii) as transformações tecnológicas na refrigeração e no transporte de proteína animal, que delegou aos agentes empresariais estadunidenses o monopólio do mercado europeu, suplantando a pungência do setor charqueiro (Perren, 1971).

A origem dessas questões, entretanto, provém de macromovimentos exteriores à Serra dos Tapes. A partir do século 16 migrações massivas estariam moldadas às articulações da superestrutura capitalista (Gerbeau, 2017). Não que o migrante se tornasse totalmente passivo, mas sua atuação no processo tornou-se condicionada às articulações do sistema-mundo, como consequência do espraio transnacional dos mercados (Wallerstein, 1990).

O SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL COMO FRUTO DAS QUERELAS EUROPEIAS

Primeiramente, convém evidenciar as dinâmicas que caracterizaram o *core* da economia capitalista, tais como a revolução agrícola empreendida na Europa Ocidental entre os séculos 16 e 19, visto que transformações no plantio criaram um excedente agrícola direcionado ao setor urbano crescente. Em adição, o desenvolvimento da França, Inglaterra e Países Baixos foi intensificado pela revolução nos transportes e pela produção em larga escala de equipamentos de tração pesada, o que oportunizou o espraio de adubos sintéticos a longas distâncias, possibilitando a ampliação da área cultivada individualmente e dificultando a manutenção de pequenas unidades produtivas (Mazoyer; Roudart, 2018). Ainda, segundo Gerbeau (2017), a posse das indústrias passou a ser central na produção de *commodities* e, consequentemente, na concentração de poder dos Estados. O autor evidencia que o crescimento das cidades interligadas às colônias via ferrovias e portos contribuiu para a intensificação do êxodo rural.

Em paralelo, a França tentava consolidar seu império por intermédio do Bloqueio Continental (1806), impedindo o atracamento de navios das Ilhas Britânicas. Como consequência, pôde-se constatar a proliferação de indústrias e centros urbanos no interior da Europa e a própria fuga da Corte Portuguesa ao Brasil. Por fim, a França não foi páreo para a indústria nem para a superioridade naval dos ingleses (Gilpin, 1975). Por outro lado, desde a fragmentação político-espacial do Sacro Império Romano Germânico se consolidava a posição semiperiférica de parte de seus “estados”, que viriam a servir de fornecedores agrícolas aos Países Baixos (Salamoni, 2001).

Desse modo, vastos fluxos populacionais se deslocavam para o Brasil no violento cenário da unificação alemã e da guerra franco-prussiana, além das transformações advindas do desmantelamento da estrutura feudal, da industrialização e da urbanização (Salamoni, 2001). Por consequência, identifica-se como alemã a maior parcela de pessoas que chegava no Rio Grande do Sul até 1875, quando os italianos passaram a sofrer de situação semelhante à

anteriormente citada e tomaram a posição de destaque (Manfroi, 2001). A partir de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, os portos brasileiros haviam sido abertos a estrangeiros e foi possibilitada a este público a posse de terras. Logo, núcleos coloniais passaram a ser estabelecidos no território brasileiro, sendo providos custos relacionados a “transporte, terra, sementes, animais, ferramentas e diárias” aos recém-chegados (Hackenhaar, 2018, p. 35).

Salienta-se que os incentivos para o estabelecimento dos imigrantes europeus no Brasil predominavam em um contexto de perspectiva de abolição da escravidão devido à pressão social interna e à coação inglesa – que não se contentava com o baixo custo da produção agrícola brasileira (Hackenhaar, 2018). Reconhece-se, todavia, o antagonismo entre os interesses da elite do Estado e dos grupos sociais marginalizados – índios, negros e mestiços (Amadeo; Rojas, 2011). Nesse sentido, a união estabelecida entre os recém-chegados e as autoridades locais promovia o acirramento de tensões étnico-raciais, contribuindo para um acesso desigual à terra (Pinheiro, 2014). Como consequência, tem-se a contínua redução das áreas cultiváveis por descendentes quilombolas, por exemplo (Schneider; Menasche, 2016).

Cabe salientar que em 18 de janeiro de 1858 foi fundada a Colônia de São Lourenço, o primeiro povoamento da Serra dos Tapes. Em menos de cinco anos a colônia pomerana já abastecia tanto as famílias rurais quanto o mercado regional com milho, feijão, batata, ovos e leite. Apesar do relativo sucesso, é importante destacar que o povoamento enfrentava dificuldades inerentes à adaptação, que envolviam desde “os condicionantes físicos, representados por um relevo íngreme, coberto por mata densa, até a precariedade da infraestrutura oferecida aos colonos” (Salamoni; Waskiewicz, 2013, p. 84).

Esse conjunto de externalidades fomentou o aperfeiçoamento e a disseminação das práticas agrícolas de diferentes grupos étnicos que moravam na região (Gois, 2018), consolidando-se a agricultura de queimada com rotação de terras (Waibel, 1979) e o policultivo (Salamoni; Waskiewicz, 2013). A mão de obra agrícola era familiar e a produção de insumos tendia a ser artesanal. Ademais, mantinha-se uma dinâmica local de comercialização de ferramentas e de frutas – *in natura* ou na forma de doces e compotas (Lima, 2006).

Desse modo, imprime-se na paisagem da Serra dos Tapes um modo peculiar de vida dos ‘colonos’, pautado em sua organização social e econômica. Cabe lembrar que 1888 marcou a abolição formal do regime escravista, o que potencializou a participação negra na propriedade serrana. Foi um período de ampla transformação demográfica, ocasionada pela composição fisionômica e pela explosão populacional de todos os grupos sociais regionais, além do impacto natural, consequente da intensa demanda por áreas produtivas (Salamoni; Waskiewicz, 2013).

Devido à decadência das charqueadas de Pelotas e Rio Grande estabeleceram-se os primeiros frigoríficos na região. Em consonância, o crescimento dos centros urbanos-industriais passou a demandar a expansão da produção colonial. Desse modo, as famílias de agricultores começaram a empregar a tração animal em complementaridade às ferramentas manuais, semiespecializando sua agricultura (Salamoni, 2001; Neves, 2014).

Em adição, tem-se o início do cultivo de espécies frutíferas destinadas à fabricação industrializada de doces e conservas, como pêssego e figo. Assim, um sistema agrário composto por pequenos agricultores familiares se mantém até a década de 60, quando um novo cenário na arena mundial, somado à diminuição da oferta de mão de obra rural, resulta na transformação do paradigma tecnológico no campo – incorporando equipamentos e insumos de origem exógena às propriedades (Gois, 2018).

A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE EM RELAÇÃO AO SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO

Segundo Polanyi (1957), o apogeu britânico perdurou até a Grande Depressão (1873-1896), quando dois outros atores de industrialização comparativamente tardia adquiriram capacidades concorrenciais compatíveis. Após a sua unificação e mediante um “capitalismo coletivo de larga escala” (Terlouw, 2003, p. 10), a Alemanha buscou se firmar como principal agente europeu engajado em uma competição de natureza político-militar. Já o outro rival, os Estados Unidos da América, concentravam-se no desafio econômico, tendo em vista seu potencial de escala continental (Koçak, 2006).

Dessa forma, na década de 1880, tais países estavam ultrapassando a Inglaterra no que respeita às atividades elétricas e químicas, além da produção de metais leves. E após a intensa disputa pela hegemonia do sistema-mundo por meio das duas Guerras Mundias (1914-1918 e 1939-1945) os Estados Unidos da América emergem como potência (Wallerstein, 2001). Sua superioridade econômica e militar (marítima e aérea) acrescida ao seu posicionamento geográfico lhe garantiria a vitória com o mínimo impacto em sua planta produtiva (Koçak, 2006).

Na mesma época, no Brasil, a política nacionalista de Getúlio Vargas se alinhara à tentativa de suprimir qualquer manifestação identitária que remetesse aos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão, ocasionando uma série de restrições socioculturais aos descendentes de imigrantes na Serra dos Tapes, o que gerou inclusive embates violentos (Gehrke, 2018).

Mundialmente, depois de 1945, os Estados Unidos empregaram capital, tecnologia e recursos para modelar a nova ordem e garantir a estabilidade de suas vantagens comparativas através de instituições multinacionais. Como principal enfoque tem-se o sistema monetário internacional, marcado pela conferência de Bretton Woods (1944), que resultou na criação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e na consolidação do padrão-dólar. Ademais, a prioridade norte-americana centrava-se em reconstruir a economia-mundo receptora de suas exportações (Koçak, 2006) e consolidar a transferência de alimentos e recursos produtivos como instrumento geopolítico (Paula, 2017). Grandes empresas agroindustriais estavam envolvidas nesse movimento, articulando por meio de incentivo estatal significativo aprimoramento tecnológico (Paula, 2017).

Como consequência do crescimento do comércio internacional, países importadores começaram a direcionar esforços para fomentar a sua industrialização. Em paralelo, nações produtoras dos mesmos gêneros alimentícios arcaram negativamente com a redução internacional dos preços. Nesse contexto, hábitos alimentares baseados no trigo e na proteína animal se alastraram, gerando um novo padrão global de consumo (Paula, 2017).

Dessa forma, na década de 70 os Estados Unidos passaram a figurar como o principal exportador de *commodities*, enquanto que países anteriormente autossuficientes tornaram-se dependentes de tais mercadorias (Paula, 2017). Esse ciclo expansivo, porém, entrou em uma nova fase quando empresas transnacionais passaram a replicar seu modelo de produção agrícola em conjunto com novos países que, por sua vez, adentravam no comércio internacional de *commodities* (Pereira, 2012). A globalização desse modelo de agricultura industrial capital-intensiva foi basilar para a liderança hegemônica norte-americana (Moore, 2010). À medida que a internacionalização das cadeias produtivas agrícolas possibilitou a intensifica-

ção da produção, estabeleceu-se uma dependência mundial de produtores junto a um seleto número de empresas. Nesse sentido, tais arranjos produtivos atravessaram fronteiras nacionais e passaram a interligar múltiplos subsetores agrícolas, atendendo aos interesses do referido grupo dominante (McMichael, 2004).

No Brasil, a modernização agrícola foi condicionada pela entrada massiva de capital estrangeiro, disponível a juros baixos no mercado financeiro internacional – escalando a dívida externa, de 8,25 bilhões de dólares em 1970 para 35 bilhões em 1979 (Pretto, 2019). Os governos militares (1964-1985) priorizaram as principais agroindústrias e os maiores produtores agrícolas do país (Severo; Anjos; Silva, 2020), por consequência, houve um significativo incremento produtivo, o que aqueceu a economia e subsidiou o dito milagre econômico brasileiro (Pretto, 2019).

Nesse período, incentivos fiscais e creditícios possibilitaram às indústrias de alimentos em conservas de outras localidades a expandirem suas operações para Pelotas/RS. Desse modo a região experimentou expressivo aumento na demanda por matéria-prima (sobretudo pêssego e figo) e mão de obra, enquanto o setor industrial orientava tais relações em dependência ao capital monopolista (Salamoni; Waskiewicz, 2013). Não obstante, salienta-se que indústrias locais não conseguiram competir tecnologicamente e foram excluídas do mercado – tanto que em 1960 haviam 57 unidades fabris no município, reduzidas a 29 no decorrer de dez anos (Severo; Anjos; Silva, 2020).

O ciclo encerrou-se em 1979, com a abrupta elevação da taxa de juros norte-americana, que buscava concentrar capital financeiro para lidar com a estagflação interna. Em paralelo, o sistema financeiro foi desregulamentado, em um ostensivo processo de globalização proveniente das novas tecnologias de processamento e transmissão de dados. A esses fatos decorreu uma onda de políticas de austeridade, consolidando a ideologia neoliberal em oposição ao *Welfare State* (Pretto, 2019). Consequentemente, presenciou-se a bancarrota do modelo econômico e, em curto espaço de tempo, a dívida externa brasileira foi multiplicada por três. Nas áreas rurais, o endividamento de produtores e cooperativas fez com que empreendimentos falissem, impulsionando a concentração de terras. De igual maneira, as cidades sofreram com o desemprego crescente, evidenciando os impactos do êxodo rural (Pretto, 2019).

Esse panorama também integra a região da Serra dos Tapes, visto que a extinção de empresas impactou na produção dos cultivos anteriormente demandados. Assim, reconhece-se a tendência de os pequenos agricultores migrarem de cultura, pois “o crescimento no número de explorações dedicadas ao tabaco se fez, *pari passu*, com o declínio do pêssego, sobretudo em Pelotas e nos municípios do extremo sul gaúcho em geral” (Severo; Anjos; Silva, 2020, p. 140), ainda que as especificidades histórico-políticas proporcionem a preservação de certa estrutura agrária alicerçada na pequena propriedade familiar (Dutra, 2010, p. 14). Nesse sentido, o cultivo de fumo se consolida, uma vez que exige pequenas extensões de terra, mas por outro lado demanda intensa disponibilidade de mão de obra em determinados períodos (plantio, colheita, classificação e estoque), quando as famílias dos produtores contribuem com trabalho sem remuneração condizente (Biolchi; Bonato; Oliveira, 2003).

Essas condições são atrativas para que empresas transnacionais se relacionem com os agricultores por meio do sistema integrado de produção – que está fortemente estabelecido nos municípios da região. Nesse sentido, desde a década de 60 o tabaco vem ocupando espaço

nas propriedades da região em substituição aos gêneros agrícolas tradicionais que apresentavam dificuldades no escoamento (Agostinetti *et al.*, 2000). Sob esse contexto, a Serra dos Tapes destaca-se no cenário fumageiro, com o município de Canguçu figurando como o principal produtor nacional por quatro anos, enquanto São Lourenço do Sul chegou a ocupar a terceira posição (Maliszewski, 2021).

A soja em grão é outro plantio que vem substituindo gradativamente os alimentos que eram tradicionalmente produzidos e direcionados ao consumo regional. Todos os municípios da região da Serra dos Tapes, com exceção de Arroio do Padre, destinam ao menos metade da sua área de plantio para a soja (IBGE, 2022). Os últimos 15 anos oportunizaram o avanço da soja sobre propriedades maiores, que anteriormente se dedicavam ao milho e à pecuária. Esse processo agrava a tendência de êxodo rural da população jovem e contribui para a maximização do tamanho médio das propriedades, uma vez que “[a]s áreas utilizadas no cultivo da soja são usualmente repulsoras de mão de obra” (Mantelli; Dutra; Konze, 2019, p. 19).

Isso posto, salienta-se que a atualidade corresponde a uma profunda interligação entre a agricultura familiar e os complexos agroindustriais. Nesse sentido, destacam-se as modalidades de negócio em que as indústrias orientam o plantio, financiando insumos e equipamentos, e exigem, em contrapartida, a totalidade da safra. Com essa dinâmica, as famílias perdem autonomia no gerenciamento das suas unidades produtivas, estando incorporadas aos interesses de um sistema agroindustrial transnacional (Gois, 2018). Tal movimento condiz com o crescente engajamento de atividades agrícolas locais a um circuito comercial protagonizado por agentes globais (Paula, 2017), o que não deixa de estar articulado ao envelhecimento e ao esvaziamento demográfico do campo, bem como a minimização na demanda por força de trabalho na agropecuária (Severo; Anjos; Silva, 2020).

Por fim, o incremento da plantação de insumos para complexos transnacionais, comercializados no mercado internacional como *commodities* se dá em prejuízo à variedade de culturas. Alimentos como batata-inglesa, cebola, feijão, laranja, limão, sorgo, tangerina e tomate apresentam queda de produção nos municípios da Serra dos Tapes desde o final da década de 80 (IBGE, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se expressar na homogeneização da paisagem e das relações no campo, a interação entre o sistema-mundo e cada território a ele integrado apresenta uma miríade de resultados distintos. Nesse sentido, reverbera-se que o sistema agrário contemporâneo da Serra dos Tapes é decorrência da integração de aspectos específicos e dinâmicas peculiares, que o alocam na trama internacional. Assim, mesmo que mudanças externas impactem em seu espaço, mostram-se limitadas às suas condições e respostas.

As premissas evidenciadas na pesquisa sugerem que aspectos contabilizados pela análise dos sistemas agrários, como a capacidade das forças produtivas em adaptar as condições matérias às suas necessidades, realçam a especificidade do território e a resposta de seus atores sociais a influências externas.

Ante sua limitação, entretanto, de rastrear os motivos da transição entre diferentes momentos da exploração do meio, surge a necessidade de uma abordagem de escala global, revelando-se possível identificar nas dinâmicas centrais ao sistema-mundo um forte impacto

para demais localidades, periféricas à economia capitalista. Nesse sentido, a principal contribuição da presente pesquisa encontra-se na identificação de certa correlação entre as dinâmicas de distintas escalas. Não obstante, buscou-se realçar a capacidade local em ressignificar os fluxos externos, evitando uma correlação direta e reducionista.

Desde o princípio rastreável à ocupação humana na região, nota-se influência geomorfológica e ecológica na organização socioprodutiva regional. Concomitantemente são vislumbrados reflexos sociais específicos, que dizem respeito à agência dos grupos sociais, ainda que, por meio da integração capitalista, eleve-se a influência da economia-mundo na organização socioprodutiva local. Dessa forma, foi observado que características topográficas (relevo íngreme e/ou irregular) regionais mostraram-se pouco atraentes para o investimento intensivo em capital, bem como para a mecanização e a introdução de monocultivos. Essa situação ainda é colaborada pela litologia predominante (solo raso e pedregoso), que demanda amplas aplicações de corretivos. Como consequência, ao longo do tempo sua estrutura agrária foi compelida a manter-se fragmentada.

A região, todavia, não passou ilesa às consequências do novo estágio da economia-mundo. É notória a gravidade do êxodo rural e a lacuna entre os agricultores que capitalizaram suas produções daqueles que não o fizeram. De igual modo, as transformações nos gêneros alimentícios foram largamente registradas e são condizentes ao ordenamento territorial advindo da ampliação competitiva entre atores capitalistas.

Dessa forma, a combinação de fatores econômicos, políticos, culturais e naturais específicos à localidade a dota de contradições e potencialidades únicas. Isso, por sua vez, abre caminho para o estudo e o planejamento de alternativas orientadas ao desenvolvimento de seu território, levando em consideração a diversidade de interesses da população que o habita.

Nesse sentido, sob uma perspectiva analítica sistêmica, os contributos da pesquisa realizada respaldam-se na verificação histórica do desenvolvimento territorial da região da Serra dos Tapes, considerando sua heterogeneidade étnico-racional, sociocultural e produtiva. Então, foi ponderada a maneira como diferentes fenômenos da economia-mundo influenciaram no modo de vida e na dinâmica dos sistemas agrários da referida região.

Ademais, reconhecem-se as limitações do estudo no que corresponde à circunscrição de uma análise histórica e longitudinal, não sendo empregados dados primários. Também se tem como elemento limitante a não utilização de séries quantitativas de dados temporais que caracterizem os sistemas agrários da Serra dos Tapes ao longo do tempo.

Assim, para pesquisas futuras sugere-se a replicação deste estudo em outras regiões do Brasil a fim de identificar características das diferentes dinâmicas territoriais imbuídas para sua integração na economia-mundo. Em adição, recomenda-se a análise do impacto de aspectos sociodemográficos e edafoclimáticos no desenvolvimento e na instituição de práticas produtivas em diferentes povoados étnicos e culturais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINETTO, D.; PUCHALSKI, L.; AZEVEDO, R.; STORCH, G.; BEZERRA, A.; GRÜTZMACHER, A. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas – RS. *Revista Brasileira de Agrociência*, v. 6 n. 2, p. 171-175, 2000.
- AMADEO, J.; ROJAS, G. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. *Lutas Sociais*, n. 25/26, p. 29-43, 2011.

- ARAMOR, M. H. Os ciclos sistêmicos de acumulação e o continente africano: uma análise sobre o comércio de escravos na economia-mundo capitalista. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 18 n. 2, 2018.
- ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Texto para Discussão*, Florianópolis, SC: Departamento de Economia da UFSC, n. 4, 2004.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ÁVILA, C. B.; RIBEIRO, M. F. B. Patrimônio cultural quilombola na Serra dos Tapes: em busca da história, da memória e valorização da identidade de seus remanescentes. *Globalização e Interdisciplinaridade*, v. 1, p. 1-15, 2013.
- BERTALANFFY, L. General system theory: a new approach to unity of science. *Human Biology*, v. 23, n. 4, p. 302-312, 1951.
- BIOLCHI, M. A.; BONATO, A. A.; OLIVEIRA, M. A. A cadeia produtiva do fumo. *Contexto Rural*, v. 3, n. 4, p. 6-50, 2003.
- BRAUDEL, F. *The Identity of France: people and production*. Reino Unido: Harper & Row, 1988.
- CAMARGO, L. H. R. de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. *Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CAPRA, F.; LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- CASANOVA, P. G. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- CERQUEIRA, F. V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO, 4., 2020. Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas: Editora da Ufpel, 2020. p. 872-874.
- CHEAL, D. J. *The Gift Economy*. New York: Routledge, 1988.
- COMANDULLI, C. S. Unidades de conservação sobrepostas ao território Guarani: o caso da aldeia guarani de Itapuã, Viamão – RS. In: CCDH. *Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. p. 64-77.
- CONCEIÇÃO, J. Á. da; CARVALHO, M. dos S.; RAMOS, S. M. P.; VIEIRA, S. G. Espaço e tempo na formação urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 12., 2009, Montevideu. *Anais [...]*. Montevideu, 2009. p. 1-14.
- COTRIM, M. *“Pecuaría Familiar” na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do “pecuarista familiar” no município de Canguçu/RS*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural, Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2003.
- DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- DELLA MEA, A.; FREITAS, V. M. O. de; CAMARGO, M. A. P. Elementos culturais dos índios Guarani no Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL, 16., 2014, Cruz Alta. *Anais [...]*. Cruz Alta: Unicruz, 2014.
- DUTRA, É. J. da S. *A fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu/RS: consequências na reorganização do setor agrário*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.
- FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GEHRKE, C. *Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa*. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, 2018.
- GERBEAU, Y. M. *Mass Migrations across the World-System's History*. 2017. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2017/08/01/mass-migrations-across-the-world-systems-history/> Acesso em: abr. 2024.
- GILPIN, R. *U.S. Power and The Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment*. New York: Basic Books, 1975.

- GOIS, G. R. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. *Geographia Meridionalis*. v. 4, n. 1, p. 57-83, 2018.
- GOMES, G. C.; CARDOSO, J. H.; FERRER, R. S.; RODRIGUES, P. R. F.; RODRIGUES, W. F. *Árvores da Serra dos Tapes*: guia de identificação com informações ecológicas, econômicas e culturais. Brasília: Embrapa, 2013.
- GUTIERREZ, E. *Negros, charqueadas e olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Edufpel, 2001.
- HACKENHAAR, D. *Vida e trajetória do povo pomerano*: a imigração pomerana para o Brasil. Trabalho (Conclusão de Curso – Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção agrícola municipal*. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: mar. 2024.
- KERN, A. A. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- KERN, A. A. O impacto das práticas missionárias nas Missões Jesuítico-guaranis: da aldeia guarani ao núcleo urbano colonial. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, jul. 2011.
- KOÇAK, Y. E. *Power and decline in the british and american hegemonies*: a Wallerstenian analysis. 2006. Thesis (submitted to the graduate school of social science, Department of International Relations) – Middle East Technical University. Ankara, 2006.
- LAUX, J. H.; STROPPER, J. L.; PROVENZANO, C. A.; SCHERER, O. L. B. Revisão estratigráfica do Batólito Pelotas. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 49., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil, 2018.
- LIMA, M. I. F. *Paisagem, terroir e sistemas agrários*: um estudo em São Lourenço do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.
- LÖWI, M. *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCCAS, L. H. H. *Estâncias e fazendas*: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- MALISZEWSKI, E. Conheça a cidade campeã em tabaco na safra 2020/2021: produção total nos três Estados do Sul foi de 628.4 mil toneladas. *Agrolink*. 2021. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/conheca-a-cidade-campea-em-tabaco-na-safra-2020-2021457001>. Acesso em: jun. 2023.
- MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: EST Editora, 2001.
- MANTELLI, J.; DUTRA, É. J. da S.; KONZE, Q. R. da S. A agricultura familiar no contexto do agronegócio no município de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Geosul*, v. 34, n. 71, p. 500-524, 2019.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. Origem e expansão da agricultura no mundo. In: MIGUEL, L. de A. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 55-81.
- MAZOYER, M. *Dynamique des systèmes agraires*. Paris: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur: Rapport de Synthèse, 1985.
- MCMICHAEL, P. Global development and the corporate food regime. WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, SYMPOSIUM ON NEW DIRECTIONS IN THE SOCIOLOGY OF GLOBAL DEVELOPMENT, 11., 2004. Trondheim. *Anais [...]*. Trondheim: Cornell University, jul. 2004.
- MIGUEL, L. de A.; MAZOYER, M.; ROUDART, L.; WIVES, D. G. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, L. de A. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 11-55.
- MILHEIRA, R. G. *Território e estratégia de assentamento Guarani na planície sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste-RS*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2008.
- MOORE, J. The End of the Road? Agricultural Revolutions in the Capitalist World-Ecology, 1450-2010. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 3, p. 389-413, 2010.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NEGRI, A. *O poder constituinte*: ensaios sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NEVES, C. C. das. *A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes*: os casos dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas-RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Pelotas, 2014.

- NUNN, N. The Long-Term Effects of Africa's Slave Trades. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 123, n. 1, p. 139-76, 2008.
- OSÓRIO, H. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PAULA, N. M. de. *Sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios*. Curitiba: CRV, 2017.
- PEREIRA, M. C. de B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. *Dicionário de Educação no Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 687-691.
- PERREN, R. The north american beef and cattle trade with Great Britain (1870-1914). *The Economic History Review – New series*, v. 24, n. 3, p. 435-441, 1971.
- PETRINI, C. *Slow Food, princípios da nova gastronomia*. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- PINHEIRO, P. S. Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 321-341, 2014.
- PINTO, N. G.; MOREIRA, P. R. S.; AL-ALAM, C. C. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2020.
- POLANYI, K. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 1957.
- PRETTO, J. M. *As cooperativas de leite autodenominadas da agricultura familiar, CLAFs: o equilíbrio instável entre inclusão e sustentabilidade*. 2019. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019.
- PREVIDELLI, M. de F.; SOUZA, L. E. S. de. Ondas Longas em Braudel, Kondratieff, Wallerstein e Arrighi: da empiria à teoria. COLÓQUIO BRASILEIRO DE ECONOMIA POLÍTICA DE SISTEMAS-MUNDO, 6., 2012, Marília. *Anais [...]*. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- RAMBO, B. A fisionomia do Rio Grande do Sul. *Fundamento da Cultura Riograndense*, v. 1, n. 31, p. 13-30, 1954.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 39, p. 351-377, 2017.
- ROGGE, J. H. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- ROSA, M. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: Editora da Ufpel, 1985.
- SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista*, v. 7, p. 25-42, 2001.
- SALAMONI, G.; DREHMER, A. C. B.; WASSMANSDORF, L. F.; SODRÉ, M. T.; COSTA, M. R. C. ROSA, M. S. da; SILVA, T. F. da. *A geografia da Serra dos Tapes: natureza, sociedade*. Pelotas: Editora da Ufpel, 2021.
- SALAMONI, G.; WASKIEWICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Revista Tessituras*, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.
- SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- SCHNEIDER, M.; MENASCHE, R. Relações interétnicas e formas de acesso à terra: reciprocidade e dependência entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Sociais*, n. 45, p. 123-138, 2016.
- SERRA, M. *Panmythica: Mapas históricos do Brasil*. 2008. Disponível em: <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html>. Acesso em: abr. 2024.
- SEVERO, P. S.; ANJOS, F. S. dos; SILVA, F. N. da. Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho e agricultura familiar na região de Pelotas-RS. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 10, p. 137-160, 2020.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-38.
- TERLOUW, K. Semi-peripheral developments: from world-systems to regions. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 14, n. 4, p. 71-90, 2003.
- THUM, C. *Educação, história e memória: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

VARGAS, J. M. Abastecendo plantations: a inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). *História*, v. 33, n. 2, p. 540-566, 2014.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2006.

VIEIRA, P. A. A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. de L.; FILOMENO, F. A. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 207-264.

VISENTINE, P. F. *História da África e dos africanos*. Petrópolis: Vozes, 2014.

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. de L.; FILOMENO, F. A. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 17-28.

Autor Correspondente

Alice Munz Fernandes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre/RS, Brasil.

alicemunz@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

